

INTERDISCIPLINARIDADE: É HORA DE INSTITUCIONALIZAR!

MARCEL BURSZTYN*

A aproximação da Universidade com os elementos contidos no tema “desenvolvimento sustentável” não é tão recente como a consagração do conceito, que é da segunda metade da década de 1980.

Pelo menos desde o pós-Segunda Guerra Mundial, tem havido notáveis reflexões sobre os limites éticos com os quais o desempenho científico se confronta, apontando para a fragilidade e as limitações da postura estritamente disciplinar. O físico Jacob Bronowsky, que foi um ativo pesquisador do Projeto Manhattan, é protagonista de um questionamento pioneiro e exemplar sobre a responsabilidade dos cientista em relação ao uso dos conhecimentos que ajudam a produzir. Numa época em que ainda não se ouviam ponderações dessa natureza, chamou a atenção para o imperativo de se estabelecer limites éticos ao desenvolvimento científico.

Nos rebeldes anos 1960, começam a proliferar alertas, vindos da Universidade, quanto à insensatez do modo como o avassalador avanço das ciências vinha se transformando em tecnologias e processos produtivos ameaçadores à perenidade da vida. Rachel Carson, nas Ciências Agrárias e Garret Hardin, na Biologia,

são expoentes representativos daquele momento. Já nos anos 1970, a preocupação chega à Ciência Econômica, notadamente com o relatório de Denis Meadows ao Clube de Roma.

De lá para cá, a sintonia da Universidade com temas associados ao meio ambiente e à qualidade de vida das futuras gerações só tem crescido. Entretanto, a relação do meio acadêmico institucionalizado com esse tipo de tema é muito difícil. A organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares. Toda a estrutura de fomento, avaliação, reconhecimento e validação de mérito está orientada para os cortes das “áreas do conhecimento” e suas respectivas “disciplinas”. E, por outro lado, também os pesquisadores foram se organizando em torno de associações corporativas disciplinares.

Postular, hoje, a abertura de espaços institucionalizados para a prática acadêmica interdisciplinar implica resgatar a herança recente de experiências relevantes (não falemos na velha Universidade generalista de outras épocas). Já há uns cinqüenta anos, incrustava-se no tecido acadêmico temas como o Planejamento, que é interdis-

ciplinar por definição. Depois, veio o Desenvolvimento Regional e o Planejamento Urbano.

A chegada do tema “Meio Ambiente” se dá a partir de contextos departamentalizados. Primeiro, foram os departamentos de Biologia, Química e de Engenharia Sanitária. Segundo informações do extinto SELAP (Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos, do CNPq), 93% das referências ao tema, em 1985, vinham daqueles três campos. Mas, depois, a adesão ao tema foi se espalhando pelos *campi*. O adjetivo *ambiental* começa a aparecer acoplado a várias disciplinas: Engenharia ambiental, Direito Ambiental, Educação Ambiental, Sociologia Ambiental, História Ambiental, Geologia, Química..., além de outras versões, como a Agro-ecologia. Na Biologia, a Ecologia vai se tornando um campo com grande destaque. Sinal dos tempos!

É importante, entretanto, contextualizar o momento em que a preocupação ambiental se internaliza na Universidade, em particular no Brasil. Pelo menos dois aspectos merecem, nesse sentido, ser destacados:

1. o enraizamento institucional, corporativo e burocrático do modelo disciplinar; e

2. a avassaladora crise financeira, que compromete a capacidade de surgimento de novos campos e que exacerba as disputas corporativas, rejeitando “novidades”. Nesse sentido, ainda que pareça paradoxal, o tema ambiental cresce em importância, mas não encontra um espaço institucional compatível.

E, para completar, as estruturas de apoio, fomento e avaliação também se mostram pouco permeáveis à interdis-

ciplinaridade. Operam por meio de cortes rigorosamente corporativos e os mais sinceros acenos no sentido de reconhecer a relevância da interdisciplinaridade têm se resumido a uma arquitetura institucional no máximo multidisciplinar. Notável exceção é, sem dúvida, o subprograma CIAMB (Ciências Ambientais), do PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), operado conjuntamente pelo CNPq, CAPES e FINEP.

Na hora de se apresentar resultados ao “sistema” de avaliação de C&T, a dificuldade é inevitável. Como enquadrar produtos e práticas interdisciplinares nas categorias estanques e exclusivas das áreas de conhecimento e disciplinas? O problema ficou ainda pior com o advento dos formulários eletrônicos, que não admitem qualquer artifício de agregação multidisciplinar em seus enquadramentos.

Diante de impasses como estes, a comunidade científica interessada na prática interdisciplinar do ensino e da pesquisa voltados ao Meio Ambiente e Desenvolvimento se depara com o seguinte desafio: fazer com que seja reconhecida sua relevância, validar os esforços e legitimar os espaços de trabalho, no interior do tecido universitário e frente às agências de apoio, fomento e avaliação.

Mas como operar esta estratégia, diante das dificuldades burocráticas, culturais e materiais?

A resposta a esta questão passa por pelo menos quatro categorias de consideração:

1. É preciso deixar claro que os espaços de interdisciplinaridade não devem ser vistos como concorrentes em relação aos departamentos: são complementares.

2. Há que se romper com preconceitos especialistas: a visão generalista e integradora não é uma qualidade *menor*; é um atributo necessário ao enfrentamento de problemas complexos.

3. É relevante instituir instrumentos de avaliação e de apoio que sejam flexíveis e permeáveis às características dos enfoques interdisciplinares.

4. É fundamental que espaços interdisciplinares sirvam de foco às reflexões de fundo sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (tais como a transgenia e a bioética). E, aqui, um desafio particular se apresenta: mesmo tendo sido um avanço em termos de democratização do processo decisório, o “julgamento dos pares” traz em si o risco da cumplicidade e da falta de visão crítica; agora, temos de pensar também no “julgamento dos ímpares”.

Em vista da relevância e da complexidade dos pontos acima enfocados, um grupo de profissionais vinculados a instituições de ensino e pesquisa que atuam de forma interdisciplinar com foco em Ambiente e Sociedade, vem mantendo um ativo debate em torno da necessidade de se constituir um espaço institucional próprio. Não se trata de mais uma associação disciplinar: todos temos nossas origens, que nos habilitam a participar de instâncias corporativas. A idéia é termos um pólo real de interação, troca de experiências e socialização de resultados. E é, também, uma forma de nos fazermos reconhecer junto à Universidade a ao sistema de apoio, fomento e avaliação.

Assim, está em gestação a APPAS – Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade.

Contamos com você para transformar a idéia em realidade.

Comunique-se conosco.

Box:

SOBRE A DISCIPLINARIDADE E OS PROBLEMAS COMPLEXOS

- ✓ **Realidade** – complexa, indisciplinada
- ✓ **Saberes** – racionais, disciplinares
- ✓ **Olhares/equipas** – multi(pluri)disciplinares (soma de disciplinas)
- ✓ **Métodos/práticas** – interdisciplinares (diálogo entre disciplinas)
- ✓ **Produto/conhecimento** – transdisciplinar

NOTA

* Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social, coordenador de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).